

O relacionamento entre as esferas pública e privada nos Jogos Pan-Americanos de 2007.

Os casos da Marina da Glória e do Estádio de Remo da Lagoa

Luiz Mario Behnken (Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro)

André Godoy (Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro)

Recebimento/Aprovação:

Artigo recebido em outubro de 2008 e aprovado para publicação em outubro de 2008

Resumo

O artigo tem a pretensão de analisar a atuação gerencial do Estado brasileiro nos preparativos e na implementação dos Jogos Pan-Americanos de 2007 do Rio de Janeiro. Para tal, serão tomados dois casos como objetos de estudo – Marina da Glória e Estádio de Remo da Lagoa – no qual far-se-á a análise à luz de três paradigmas administrativos pelos quais passou e/ou passa a administração pública brasileira – patrimonialista, burocrático e gerencial. É objetivo do estudo demonstrar, por meio da análise do discurso da mídia, referências legais e jurídicas, a superposição paradigmática na qual se vê envolta a administração pública no país. A compreensão desta dimensão dialética dos paradigmas se faz importante dado o momento de tentativa de ruptura com o paradigma burocrático e a tentativa de afirmação do paradigma gerencial.

Palavras-chave: Jogos Pan-Americanos; Paradigmas administrativos; Patrimonialismo; Administração gerencial.

Abstract

The pretension of this article is to analyze the Brazilian state's management performance in the preparative and implementation of 2007 Pan American Games in Rio de Janeiro, Brazil. Two cases were taken as object of this study – “Marina da Glória” and “Estádio de Remo da Lagoa” – which were analyzed throughout three administrative paradigms – patrimonial, bureaucratic and gerencialism. It's the study's aim, through identification and analyze of media's discourse, legal and juridic advices, to demonstrate the paradigmatic superposition of public administration in the country. The comprehension of the paradigms' dialectic dimension is important over all in a moment when there is a tentative to supplant the bureaucratic paradigm by the gerencialism.

1 – Introdução

Os festivais esportivos internacionais são megaeventos que, cada vez mais, se constituem como fenômenos culturais marcantes da história contemporânea da humanidade. A atratividade e o volume de recursos envolvidos são os sustentáculos da grandiosidade de um evento de curta duração, mas que envolve um longo período anterior de escolha e de preparação para a sua realização no local definido. Paralelamente, possuem enorme poder de transformação nos espaços onde são realizados de forma ampla e diversificados ao redefinir centralidades, deslocamentos e modificações na infra-estrutura.

A despeito de ser um evento privado a atuação governamental se faz necessária e presente nas competições por ser capaz de interferir significativamente no cotidiano de grande parte da população. Logo, o interesse público é inerente e evidente.

Por conseguinte, os Jogos Pan-Americanos de 2007 do Rio de Janeiro, doravante Pan/2007, representam uma oportunidade de debate sobre o relacionamento entre esses dois campos de atuação da Administração.

O presente artigo pretende analisar como foi a atuação do Estado brasileiro à luz dos conceitos de três paradigmas administrativos – patrimonial, burocrático e gerencial na implementação do Pan/2007, especificamente em dois locais: Marina da Glória e Estádio de Remo da Lagoa.

A presente análise pretende delimitar os paradigmas administrativos referidos no contexto brasileiro, focalizando, principalmente, o caráter dialético em que eles se apresentam nos dois casos citados.

A intenção do trabalho é demonstrar a superposição de paradigmas administrativos durante o período de preparação para o Pan/2007. O estudo se faz importante dado o atual momento de discussão sobre quais seriam as atribuições do Estado, flexibilização e controle. Ao mesmo tempo em que é também uma oportunidade de busca por caminhos para a atuação

do Estado em megaeventos esportivos. Sobretudo porque está em curso a candidatura desta mesma cidade focada aos Jogos Olímpicos de 2016 e nas futuras intervenções resultantes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, já definida que será realizada no Brasil.

Para tanto, ele está dividido em quatro partes, a saber: a presente introdução, os paradigmas administrativos, o relato sobre os locais e conclusão.

2 – A administração patrimonial, burocrática e gerencial

2.1 – Patrimonialismo

O patrimonialismo, conforme disposto por Pereira (1995: 26) “significa a incapacidade ou a relutância de o príncipe distinguir entre o patrimônio público e seus bens privados”. Esta foi a maneira pela qual a administração pública brasileira organizou-se até meados dos anos 1930. A administração do patrimônio público é realizada como se fora patrimônio privado do governante. Este modelo se aproxima do que Swedberg (2000), analisando a obra de Weber, classificara como dominação tradicional, onde a obediência é legitimada pela inércia estrutural do Estado, “as coisas são assim porque assim sempre o foram”. Neste tipo de administração o regulamentador tem tanto os direitos econômicos quanto políticos como se foram seus próprios direitos. Predomina na burocracia deste Estado – aqui o conceito de burocracia refere-se aos que atuam na administração da organização, no caso, o Estado – a figura do burocrata político. Conforme Martins (1985) este tipo de burocrata é aquele que participa ou participou, em algum momento, do processo eleitoral. Não há exigência de méritos técnicos para que este seja alocado em determinado cargo do aparelho estatal, conforme argumenta Swedberg (2000: 67) “o que importa é a lealdade, não a imparcialidade, como na (administração burocrática)” (tradução própria).

No Brasil do início do século XX, a oligarquia de senhores de terra, classe dominante de então, necessitava do Estado para manutenção do poder antes conquistado em função dos rendimentos de sua atividade econômica, pois nesta época a decadente agropecuária, devido à crise internacional, é incapaz de sustentar a mesma dominação. É no patrimônio do Estado, seja no uso privado dos impostos arrecadados, seja nas relações pessoais de compadrio e de clientela, onde o chefe político local empregava gente de sua confiança, que se exercia a dominação. É patrimonial porque não deriva da renda econômica e sim do patrimônio do Estado.

A administração patrimonial foi prevalecte até os anos 30 do século passado. É a forma mais primitiva de governo sob a égide do capitalismo. Swedberg (2000: 67) sustenta que o patrimonialismo tende a desencorajar o capitalismo racional e encorajar, de certa forma, o capitalismo político. A análise de Weber irá aproximar os conceitos de patrimonialismo, dominação tradicional e capitalismo político. O capitalismo político, ao contrário do capitalismo racional, convive muito bem com uma atmosfera de arbitrariedade, de risco, instabilidade e oportunidades de lucro fortuitas e fugazes. Já o racional pressupõe a imparcialidade e se orienta dentro de certa estabilidade. É a partir desta análise que identificamos este período da história brasileira como aquele em que a administração patrimonial coincidiu com a fase onde o capitalismo político se sobrepôs às outras formas de capitalismo – racional e tradicional comercial.

Swedberg (2000: 67) ao analisar Weber argumenta que o capitalismo político comumente emerge quando eventos e processos políticos abrem oportunidades para o lucro capitalista (...). Existem três subtipos de capitalismo político: a) Lucro político predatório, (guerras, revoluções, etc); b) a continuidade do lucro se faz possível por meio do uso direto da força de dominação (impostos e contribuições obrigatórias); lucro oriundo de acordos não usuais com autoridades políticas (corrupção).

Em relação à gestão financeira tendo patrimonial pode-se dizer que seus membros vivem em uma espécie de caixa-preta financeira, onde tudo é dividido de acordo com a necessidade momentânea – sendo que esta necessidade é orientada segundo a lógica daquele que governa –, o líder é o único responsável pela gestão dos recursos, não sujeito à *accountability* da sociedade civil nem de nenhum outro grupo. A forma e o local do investimento dos recursos ficam sob gestão unicamente do líder (Swedberg 2000: 65).

Weber (1999: 306) ainda afirma que o patrimonialismo é compatível com a economia de subsistência e com a economia de troca, e também na existência da economia capitalista. Assim sendo, ele rebate a tese marxista, segundo a qual o moinho manual postula o feudalismo do mesmo modo que o moinho a vapor postula o capitalismo, é apenas correta em sua segunda parte.

Portanto, aqui encontramos a possibilidade da coexistência de valores e práticas do patrimonialismo com diversos sistemas econômicos.

2.2 – *Burocracia*

Já a administração burocrática pauta-se pela obediência não mais à pessoa, mas à norma. O indivíduo ocupa um cargo, “na atividade específica de seu status, que inclui a atividade de mando, está subordinada a uma ordem impessoal para a qual se orientam suas ações (...). Que a pessoa que obedece à autoridade o faz, (...) apenas na qualidade de "membro" da associação. O que é obedecido é "a lei" (Weber, 1976: 16). O controle é exercido pela obediência aos procedimentos estabelecidos. Existe “completa separação entre a propriedade da organização, que é controlada dentro da esfera do cargo, e a propriedade pessoal do funcionário” (Weber 1976: 18), isto é, não mais tem-se a utilização privada do bem público, há uma completa distinção do que é e de como é administrado o patrimônio público e o privado. “A estrutura está concebida para eliminar por completo as relações do tipo pessoal e as considerações emocionais (hostilidade, ansiedade, vínculos efetivos, etc.)”

(Merton 1976: 110). Por conseguinte, a burocracia se propõe a frear o patrimonialismo. É o tipo mais puro de dominação legal. É a célula germinativa do Estado.

Caracteriza-se pela existência de normas legais formais e abstratas, e de um *staff* administrativo burocrático. Outra característica da burocracia é que se evita a discussão pública dos procedimentos como mecanismo de defesa do uso de informações valiosas por competidores econômicos privados (Id: 99).

Ressalte-se, ainda que Weber notou a fragilidade da estrutura burocrática devido ao fato de haver, de um lado, pressões constantes de forças exteriores para encorajar o burocrata a seguir outras normas diferentes das da organização e, de outro lado, o enfraquecimento gradativo do compromisso dos subordinados com as regras burocráticas.

Em 1930 com a Revolução, pode-se dizer que se iniciou a transição para um novo modelo de gestão pública. Transita-se da administração patrimonial para a burocrática. Era necessário coibir o tratamento dos bens públicos como privados pelo “príncipe”. O “combate às práticas patrimonialistas (nepotismo e corrupção), através da racionalidade e impessoalidade” (Pereira 1995: 26), próprias da organização burocrática, surgia como a alternativa potencial. No entanto, o que se viu no Brasil pós-30 – assim como no processo posterior de transição da administração burocrática para a gerencial, no âmbito da Reforma do Estado de 1995 - foi coexistência de paradigmas. Existe uma relação dialética entre os modelos nos dois períodos: em 1930 temos a superposição dos modelos burocrático e patrimonialista – este agora sob a forma de clientelismo e fisiologismo (Pereira 1995: 27).

Faz-se importante, neste momento, destacar a diferenças do que Swedberg (2000: 76) aponta como diferenças entre o capitalismo político – que, segundo o mesmo, é incentivado pela utilização de práticas patrimonialistas (Swedberg 2000: 67) – e o capitalismo racional – ligado à administração burocrática e, em termos, à gerencial:

(...) eles irão diferir, primordialmente, nos seguintes aspectos: níveis das taxas de juros e de lucro, duração média dos empreendimentos, a

importância dos contatos com a elite política e se há acesso a um sistema legal independente (...) (tradução própria).

Em relação às taxas de lucro, em empreendimentos exercidos dentro do capitalismo político, os empreendedores freqüentemente esperam ter maiores taxas de lucro, os resultados também costumam ser menos previsíveis que no capitalismo racional. A insegurança que ronda fortunas políticas também contribuiria para o aumento das taxas de juros em uma sociedade com um forte capitalismo político. Empreendimentos no capitalismo político costumam ser mais fugazes que aqueles realizados em países com predomínio do capitalismo racional. Contatos pessoais com administradores estatais costumam ser muito mais importantes para o sucesso de dado empreendimento em sociedades de capitalismo político do que naquelas onde o capitalismo racional é mais forte (Swedberg 2000: 1950).

Pode-se concluir que, dada a presunção de instabilidade política e da insegurança quanto à continuidade das políticas, característico do capitalismo político, os atores buscarão por oportunidades de lucro rápido e voluptuoso. Desta forma, acaba-se por incorrer em um ciclo onde só são incentivados e, conseqüentemente, realizados, empreendimentos que incorram em altas taxas de lucro e possam ser executados em curto período de tempo. Esta atmosfera de instabilidade acarreta em maior risco para o empreendedor, que busca nas taxas elevadas de lucro uma contraprestação por tal. O financiador para fazer face aos maiores riscos que está incorrendo, também irá ter raciocínio parecido, elevando as taxas de juros.

2.3 – Gerencial

A administração gerencial surge como evolução da burocrática e pretende romper com a idéia de controle por processos:

É orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e os funcionários públicos são merecedores de grau limitado de

confiança (delegação com controle por resultados); como estratégia, serve-se da descentralização e do incentivo 'a criatividade e a inovação'; e utiliza o contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos (Brasil 1995: 67).

A implementação da administração gerencial justificar-se-ia pelo aumento das atribuições do Estado e conseqüente necessidade de eficiência dos serviços, da globalização da economia, além da perda de força dos valores patrimonialistas (que passa a não justificar mais a burocracia clássica como oposição àquela). A busca pela eficiência estaria baseada na descentralização dos serviços – privatização, publicização, “agencificação” -, e no controle por resultados, ao invés de por processos. Essa estratégia agilizaria os trâmites administrativos sem a perda do controle necessário para a gestão da coisa pública.

Em 1995, sob a batuta do então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE), o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) empreende a reforma, que tinha como objetivo a “redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (Brasil 1995: 17), tendo como alicerce técnico, a substituição da administração burocrática pela gerencial.

A substituição do controle processual pelo “por resultados” é chave para o entendimento do conceito. Merton já alertava sobre as fontes estruturais da conformidade excessiva praticada pelo burocrata:

(...) para assegurar a disciplina (a necessária confiança no desempenho) esses sentimentos (de necessária conformidade) são, frequentemente, mais intensos do que o necessário. Há, por assim dizer, uma margem de segurança na pressão exercida por esses sentimentos sobre o burocrata com a finalidade de moldá-lo a suas obrigações, assim como o engenheiro, ao efetuar os cálculos de resistência de uma ponte, toma a precaução de exagerar certas medidas. (...) A disciplina - interpretada como acatamento aos regulamentos - qualquer que seja a situação, não é considerada como uma medida

destinada a fins específicos, mas aparece na vida do burocrata como um valor imediato (Merton 1976: 113).

A necessidade de se coibir práticas não condizentes com os princípios da administração burocrática teria levado ao foco nos processos controladores, ao invés do foco no resultado que se queria alcançar com esta ação. Entretanto “não se parte para o oposto (do controle por processos), para uma confiança ingênua na humanidade. O que se pretende é apenas dar um voto de confiança provisório aos administradores, e controlar *a posteriori* os resultados” (Brasil, 1995: 66). A orientação para resultados parte da idéia de que o funcionalismo público sabe fazer as coisas, só não tem incentivo para tal. Ao contrário de outros teóricos que partem do pressuposto que o funcionalismo público é mal qualificado (Callahan, 2006) e realmente não sabe como fazer as coisas devendo, portanto, ser constantemente monitorado. “Por outro lado, os controles *a posteriori* dos resultados deverão ser extremamente severos. (...) A administração pública gerencial enfatiza os resultados porque pressupõe que será capaz de punir os que falharem ou prevaricarem” (Brasil 1995: 67).

O objetivo da reforma de melhoria da eficiência, agilidade dos serviços, foco no cidadão e coibição do rent-seeking (apropriação do público por interesses privados - lobby). Estes, supostamente, seriam alcançados por meio das seguintes medidas: descentralização de recursos e atribuições; redução dos níveis hierárquicos das organizações; pressuposto da confiança limitada e não desconfiança total; utilização pela alta burocracia de instrumentos consagrados na administração privada, com a preservação de algumas características da administração burocrática (principalmente no núcleo estratégico); maior participação da sociedade civil através das Organizações Sociais (OS's) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's).

Os objetivos da reforma são condizentes com a busca por uma administração mais eficiente e eficaz, entretanto, a realidade latino-americana consiste na superposição da burocracia e do patrimonialismo, onde as benesses da burocracia são ínfimas quando comparadas às suas disfuncionalidades. Para tanto necessita-se o reconhecimento da realidade latente latino-americana quando na transposição de modelos de países centrais para a nossa realidade. Cohen salienta:

(...) como son los altos niveles de corrupción, hay la necesidad de incrementar la transparencia en la toma de decisiones y asignación de recursos, fortalecer los mecanismos de pesos y contrapesos (check and balance) entre los poderes del Estado, consolidar un servicio de carrera para los funcionarios públicos y la seguridad jurídica de la acción administrativa (Cohen 1999).

Esta afirmação do autor contrapõe um dos pressupostos do mentor de que a “cultura burocrática não reconhece que o patrimonialismo, embora presente como prática, já não constitui mais valor hoje no Brasil. Não reconhece que os políticos, em uma democracia, são crescentemente controlados por seus eleitores” (Brasil 1995: 66). O sentimento democrático a que se refere o então ministro talvez estivesse sobrevalorizado. O regime democrático sim é absoluto, entretanto, se incluirmos o acesso às informações pertinentes e a participação efetiva do processo decisório como atributos necessários ao conceito de democracia, talvez o avanço seja considerado insuficiente.

A despeito de considerarmos que em 1995 temos a coexistência dos três modelos: patrimonialista, burocrático e gerencial, é neste último modelo que pretendemos estender a análise. Identificar em até que ponto a administração gerencial consegue coibir o rent-seeking (Brasil 1995), isto é, coibir apropriação do Estado por grupos poderosos, garantir que o público seja público.

3 – Os locais enfocados

Os dois locais escolhidos para se analisar como foi a atuação do Estado brasileiro na implementação do Pan/2007 são a Marina da Glória e o Estádio de Remo da Lagoa. Tais escolhas são decorrentes dos seguintes motivos: são espaços públicos ocupados pela iniciativa privada e a responsabilidade pelos espaços é multi-partilhada pelas esferas governamentais.

3.1 – Marina da Glória

3.1.1 – Breve histórico

A Marina da Glória localiza-se na Enseada da Glória que é uma pequena baía criada dentro da baía de Guanabara pelo projeto do Parque do Flamengo, estando incluído dentro do polígono do tombamento do Parque do Flamengo inclusive seu espelho d'água.

O Parque do Flamengo foi inaugurado em outubro de 1964, com 1.200.000 m², está situado em uma das áreas de maior visibilidade da cidade. Um parque de lazer essencialmente democrático, sem cercas, grades ou muros que impeçam o cidadão de usufruí-lo a qualquer momento.

Em março de 1984 foi assinado contrato de cessão sob o regime de aforamento, entre a Secretaria de Patrimônio da União e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, do terreno de 105.890,00 m² situado ao sul da enseada da Glória, no Parque do Flamengo, destinado à construção pelo concessionário, do complexo Marina Rio. A partir daí, a área da marina passou para a responsabilidade municipal, que a cercou e isolou o acesso principal.

Em outubro de 1996, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro assinou contrato de concessão, pelo prazo de dez anos, do uso das instalações, da exploração dos serviços com finalidade comercial, da gestão administrativa e da revitalização do complexo Marina da Glória com a Empresa Brasileira de Terraplenagem e Engenharia S.A. (EBTE).

Em 1998 foi apresentado o Anteprojeto de Revitalização da Marina da Glória pela EBTE, que previa significativa expansão da área física da marina e mudança do programa original proposto para a área, por incluir um complexo náutico de lazer e turismo, com ampliação dos píeres e estacionamento para barcos para atender ao terminal turístico, conjugado a centro de convenções / auditório, centro de feiras e exposições, shopping-center, restaurantes, garagem subterrânea e estacionamento externo para veículos. Essa proposta não foi adiante por não ter sido aprovada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pré-requisito indispensável em área tombada pelo Governo Federal como é o caso de todo Parque do Flamengo.

3.1.2 – A Marina e o Pan/2007

Em 2005, a Marina foi escolhida como local de competição do Pan/2007 para a modalidade de iatismo. Essa escolha provocou uma negociação entre a empresa cessionária, EBTE, e os organizadores do evento. Tal negociação não foi pública, mas sim os seus resultados, a saber:

1. Ampliação do contrato de concessão para 30 anos, Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado em 21 de dezembro de 2005¹;
2. Ampliação da área cedida para exploração comercial na forma de um projeto² que foi apresentado como intervenções necessárias para sediar as competições náuticas.

A justificativa apresentada pelos organizadores do Pan/2007 para esses favorecimentos ao concessionário era de que as obras de implementação dos jogos, orçadas em R\$ 41 milhões, no local seriam assumidas pela EBTE.

¹ Cabe lembrar que o prazo de concessão anterior se encerraria no ano seguinte, 2006.

² Na realidade, o projeto/2005 era uma adaptação do projeto/1998, pois de novo incluía um complexo turístico e demais atividades de cunho comercial. A maior novidade era uma garagem náutica com altura de 17m acima do nível do mar sobre o espelho d'água da enseada da Glória.

Porém a permanência no projeto/2005 das irregularidades detectadas no projeto/1998 fez com que o Ministério Público Federal instasse o IPHAN a embargar novamente as obras.

Esse impedimento na concretização do acordado provocou reações na classe empresarial e nos organizadores do PAN/2007. Através da mídia, foi veiculada a idéia de condicionar a realização dos jogos à liberação das obras, conforme ilustrado em reportagens da época (*O Globo*, out/2005 – Anexo 1).

Entretanto, a repercussão em outros setores da sociedade não foi de alinhamento ao pleito empresarial apoiados explicitamente por autoridades governamentais. A despeito do risco, imaginário ou real, de perda do direito de sediar o Pan/2007, segmentos organizados se mobilizaram contra as obras (*O Globo*, maio/2006 – Anexo 2).

Porém, a vinculação dos jogos com as obras do projeto/2005 como elemento central na tentativa de angariar simpatia na opinião pública e também para servir de ameaça aos órgãos públicos de desmoralização política pelo possível fracasso de um evento internacional, ficou parcialmente comprometida quando em outubro de 2006 se realiza um evento-teste de competição de iatismo em outro local³. Desta forma, ficou evidenciado que a cidade do Rio possuía espaço alternativo para a realização de competições náuticas fora da Marina da Glória. A chantagem perdeu o seu elemento-chave. Ainda assim, a pressão pelas obras foi até o limite dos prazos estabelecidos na esfera jurídica e novamente envolvendo o principal organizador dos jogos⁴. A intenção, nesse momento, era a de garantir a execução do projeto/2005 após a realização do Pan/2007 (*Agência Estado*, janeiro/2007 – Anexo 3).

Em janeiro de 2007, diante da irredutibilidade do Ministério Público Federal em liberar as obras pretendidas, finalmente, ocorre a confissão de que o Pan/2007 foi uma “cortina de fumaça” para a expansão comercial da área.

³ A Regata Pré Pan-Americana de Vela foi o primeiro evento-teste para os Jogos Pan-Americanos Rio 2007 e se realizou entre os dias 12 e 15 de outubro de 2006, no Iate Clube do Rio de Janeiro (ICRJ),

⁴ Carlos Arthur Nuzman, presidente dos comitês Olímpico Brasileiro (COB) e Organizador dos Jogos Pan-Americanos de 2007 (CO-RIO).

O Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos 2007 informou ao Ministério Público Federal que desistiu de realizar obras de expansão na Marina da Glória, (...) os organizadores dos jogos reconheceram (...) que a ampliação da marina (...) não é essencial para a disputa das provas (*O Dia online*, janeiro/2007 – Anexo 4).

Até a data de elaboração deste artigo o processo sobre a realização de obras na Marina da Glória permanece em andamento.

3.2 – *Estádio de Remo da Lagoa*

3.2.1 – Breve histórico

A construção do Estádio de Remo é resultado de um longo processo que se confunde com a própria história da cidade do Rio de Janeiro.

É senso comum relacionar o carioca com a praia, o mar, uma das razões para isso é, segundo Mascarenhas (2006: 2), a difusão do remo como esporte popular. Sua prática estabeleceu uma nova corporeidade, uma valorização do aspecto físico que marcará para sempre o jeito carioca de ser. Praticado desde meados do século XIX é esse esporte que motiva a fundação dos principais clubes ainda hoje existentes (Flamengo, Botafogo, Vasco da Gama, São Cristóvão, Guanabara etc.). A popularidade das competições de remo é tão significativa que foi capaz de reorientar a valorização imobiliária do Rio de Janeiro. Se até em então os bairros de São Cristóvão e Tijuca eram os locais de moradia disputados pelas elites, agora são as praias da zona sul que começam a atrair a vida social. Mascarenhas sintetiza esse processo:

A busca de áreas amplas para reunir espectadores em torno de um espetáculo esportivo, fez com que o poder público construísse o Pavilhão de Regatas da praia de Botafogo, em 1904. Mas a disseminação do uso do automóvel no século XX demandou o alargamento do espaço destinado às vias de trânsito. A criação do Parque do Flamengo⁵ se insere neste contexto, mas a solução automobilística desalojou quase todos os nossos clubes de remo, que em

⁵ Vista no item anterior.

contrapartida receberam do poder público o direito de se estabelecer na orla da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Neste contexto de transferência dos clubes se ergue o Estádio de Remo da Lagoa em 1954, importante marco para a atividade, mais ou menos cem anos após a criação da primeira agremiação de regatas. Sua importância ultrapassa a condição de único equipamento desta natureza em todo o Brasil. Trata-se de uma obra de arquitetura moderna. E o Modernismo, todos sabemos, expressa um momento particularmente grandioso na vida nacional, momento de utopias desenvolvimentistas, de intensos debates em torno da nacionalidade, de grandes realizações. A arquitetura moderna brasileira é mundialmente reconhecida e premiada. É neste valioso esforço criativo da civilização brasileira, que se insere o Estádio de Remo da Lagoa (Mascarenhas 2006: 3).

Na divisão dos bens públicos entre estado e município do Rio de Janeiro ocorrida após a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, o Estádio de Remo da Lagoa ficou como propriedade do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1990, devido a preocupação com a preservação da magnífica paisagem da Lagoa Rodrigo de Freitas, a prefeitura carioca determina o tombamento do espelho d'água e cria área de proteção do entorno, inclusive o Estádio de Remo⁶.

Em 1997, ocorre a concessão de uso do estádio para uma empresa privada, a Glen Entertainment, através de um Termo de Permissão de Uso, no qual a Prefeitura assinou como interveniente. Logo em seguida, a Glen apresentou o Projeto Lagoon, que consiste num amplo complexo de esporte e lazer dentro do estádio. O empreendimento prevê, entre outras instalações, lojas, restaurantes e cinemas. Um shopping-center. Desde então, vários projetos foram anunciados para o Estádio de Remo da Lagoa e acabaram não sendo levados adiante devido às ações judiciais ou problemas ambientais. Em meio ao impasse, a prefeitura decidiu transferir para o governo do Estado a administração da área.

⁶ Decreto Municipal nº 9.396 de 13 de junho de 1990.

3.2.2 – O Estádio de Remo e o Pan/2007

Para a realização dos jogos do Pan/2007, o Estádio de Remo foi escolhido como local de competição das modalidades de remo e canoagem em 2005. E, a exemplo de Marina da Glória, os jogos motivaram a empresa ocupante da área e os governantes a se movimentarem na tentativa de desobstruir licenças ambientais e problemas jurídicos, políticos e sociais. Novo projeto é apresentado, agora na versão multiplex, para se evitar a caracterização como shopping-center e relacionado aos jogos com a ampliação da área usada para os atletas de remo treinar. As obras começam no ano seguinte, 2006, a despeito do tombamento do Estádio de Remo promulgado em 2005 pelos vereadores cariocas, mas a iniciativa não impede a obra (*O Globo*, abril/2006 – Anexo 5).

A sociedade civil e o Ministério Público se mobilizaram contra a construção de um shopping-center na beira de um dos mais belos cartões postais do cenário carioca: a Lagoa Rodrigo de Freitas (*O Dia*, maio/2006 – Anexo 6).

Todavia, o processo do Estádio de Remo possui elementos complicadores a começar pela origem do capital da empresa concessionária, Glen, que tem relações com a família Marinho⁷, controladora das Organizações Globo, conglomerado de empresas de mídia e comunicação, com reconhecida influência na vida política, econômica e social da sociedade brasileira. Talvez esteja nesta relação a razão para superação dos entraves jurídicos. Outro fator diferenciador do ocorrido na Marina está no empenho governamental, pois nesta área as obras de adequação aos jogos e, por conseguinte, de preparação à construção do shopping-center foram feitas em parte com recursos públicos (*Lancenet!*, setembro/2006 – Anexo 7).

Devido às ações judiciais provocadas pela sociedade civil e atrasos na liberação de recursos públicos as obras justificadas em nome do Pan/2007 não foram concluídas antes dos

⁷ O Sr. Alexandre Chiappeta é sócio com 10 % da GLEN e é casado com a Sra. Paula Marinho. Os outros 90% pertencem a empresa PLIWELSOCIEDAD INVERSORA LTDA sediada no Uruguai.

jogos. Contudo, mesmo sem esse componente favorecedor a intervenção comercial, as obras estão em fase final e a inauguração de mais um shopping deverá ocorrer ainda em 2008.

4 – Conclusão

Tentaremos fazer as interseções dos paradigmas administrativos tratados na segunda parte do presente estudo com os locais enfocados.

No Patrimonialismo

O oportunismo do capitalismo político já descrito se faz notar quando os empresários tentam através da mobilização da opinião pública associar a realização dos jogos com a consolidação de domínio de fato, ou seja, sem o domínio de direito, sobre áreas de patrimônio coletivo. Coerentemente, o ambiente do capitalismo político se permite desconsiderar o aparato legal vigente protetor dos espaços da atuação predatória pretendida, pois o vislumbre do lucro fortuito com alta rentabilidade é o impulso que prevalece.

Na Burocracia

A pretensa *impessoalidade* reivindicada na administração burocrática pode ser entendida no caso sob análise se considerarmos que ocorreram mudanças na orientação política dos governantes⁸ durante o período de tempo focado e, mesmo assim, não se alteram as relações com as empresas ocupantes dos espaços públicos num claro respeito ao acordado

⁸ No governo federal: de 1995 a 2002, o primeiro mandatário foi do Sr. Fernando Henrique Cardoso (FHC) ligado a um partido que se classifica como social-democrata; a partir de 2003, o presidente da República é o Sr. Luis Inácio Lula da Silva, pertencente ao Partido dos Trabalhadores cujo discurso se pauta por idéias esquerdizantes.

No governo estadual: de 1995 a 1998, Sr. Marcello Alencar, seguidor de FHC; de 1999 a 2006, casal Garotinho, políticos populistas; a partir de 2007, Sr. Sérgio Cabral, político centrista, mas influenciado por idéias neoliberais.

No governo municipal: a partir de 1993, Sr. Cesar Maia, político que se arvora porta-voz da direita moderna. Ressalte-se que entre 1997 e 2000 a cidade foi governada pelo Sr. Luiz Paulo Conde, um seguidor ideológico de César Maia do qual foi, inclusive, secretário de urbanismo.

entre as partes. Em outros termos, os contratos estabelecidos pelos antecessores foram (são) acatados.

Entretanto, conforme o próprio Weber (1999) percebeu, os burocratas seguem outras normas dependendo da influência exercida por agentes externos cujos interesses podem ser diversos dos da organização (Estado). É o caso presente, pois, a rigor, as regras foram (são) descumpridas com o beneplácito dos burocratas/governantes de plantão.

Outra característica da Burocracia observada é a falta de disponibilidade das informações referentes aos compromissos acordados entre as autoridades governamentais, os organizadores dos jogos e os empresários pertinentes. Embora tal postura seja de difícil enquadramento no que foi identificado por Merton (1976) de “restrição ao acesso de informações valiosas por competidores econômicos privados” pela ausência de concorrência em ambos locais.

No Gerencial

O conceito central da administração gerencial está na busca “por resultados” em detrimento do controle processual. É perceptível essa postura quando os três níveis de governos envolvidos na realização dos jogos se articulam para atuarem em defesa das intervenções pretendidas nos locais em questão. Independentemente da natureza dos obstáculos (jurídico, financeiro, ambiental ou social) surgidos no processo, o objetivo supremo era a realização da competição esportiva em parceria com os empresários já estabelecidos.

Outros princípios da administração gerencial também podem ser notados:

- A busca pela eficiência na descentralização dos serviços ao propor que a iniciativa privada organize as atividades em locais públicos;

- A participação da sociedade civil através das Organizações Sociais (OS' s) na criação do Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 (CO-Rio) que reunia além de membros dos três governos, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Essa OS igualmente serviria para a agilização dos trâmites administrativos.

Partindo do pressuposto que a implementação da administração gerencial se baseia (também) na crença no declínio dos valores patrimonialistas, logo o sistema de controle processual imposto pela racionalidade da burocracia clássica se exauriu. Entretanto, a aplicação do modelo gerencial não alcançou a transparência nas decisões, pré-requisito necessário na coibição do rent-seeking. Pelo contrário, as informações disponibilizadas foram colocadas na forma de projeto como elemento de respeitabilidade técnico-administrativa e dentro do planejamento do Pan/2007, desse modo, as opções feitas adquiriram um caráter de inquestionabilidade.

O modelo gerencial também pressupõe que será capaz de punir os que falharem ou prevaricarem, porém os técnicos e burocratas integrantes do CO-Rio não possuíam autonomia e nem, talvez, eram beneficiados diretos de qualquer intervenção governamental na estrutura do Pan. Mas eles funcionavam como legitimadores das orientações dadas pelo COB, escudados nas recomendações da Organização Desportiva Pan-Americana (ODEPA). A tecnoburocracia não valorizou o exercício da cidadania nas políticas públicas envolvidas, por conseguinte, foi incapaz de garantir o interesse público.

Pode-se afirmar que o CO-Rio era uma espécie de anel de poder burocrata-empresarial, classificação inicial de FHC (Cardoso, 1975) e desdobrada e renomeada por Dreifuss (1981: 73) em que se acrescenta a qualificação empresarial. Tal concepção aqui se aplica no sentido de que as ações do CO-Rio favoreceram quase que exclusivamente aos

interesses empresarias, isto é, os objetivos esportivos foram o expediente despistador para criar o ambiente propício ao alcance daquele.

A atuação desse anel abrange, inclusive, a disputa pela opinião pública ao organizar abaixo-assinados, declarações e contatos com o mundo político com objetivo de influenciar uma posição pró-intervenção. Nas ações midiáticas e de convencimento se enfatizava a importância do papel da iniciativa privada e da racionalidade econômica na “ajuda” a implementação do Pan.

Assim como em 1995, igualmente em 2008 se evidencia a coexistência dos três modelos: patrimonialista, burocrático e gerencial.

Se for verdade que cresce a consciência na cidadania brasileira que o patrimônio público deve e pode ser usado para fins públicos. Também é verdade que o acontecido no Pan/2007 explicita algumas características que estruturaram a fundação da sociedade brasileira: a promiscuidade entre agentes públicos e privados e o ranço patrimonialista que permanece vigente nas relações políticas e econômicas. Schilling explica melhor:

(...) das explicações estruturais das razões do subdesenvolvimento brasileiro vale recordar a obra de Raimundo Faoro (Os Donos do Poder, 1958) (...) Faoro, fortemente inspirado pelas teorias de Max Weber, por igual, apontou sua acusação para cima, mas não para a mesma direção dos marxistas ou dos nacional-populistas. A responsabilidade pelo subdesenvolvimento, deduz-se da tese de Faoro, é do aparelhamento burocrático, herdeiro da administração colonial portuguesa. Trata-se do domínio de uma casta de altos funcionários aliada ao patronato político cujos interesses comuns formam uma associação parasitária. Juntos compõem uma rede que espalhada pelo país, extrai dele tudo o que pode.

Adonando-se dos principais postos e dos mais relevantes cargos da engrenagem administrativa e política do país, exercem eles um poder extraordinário que lhes permite acumular enormes fortunas, pois além de exaurir os excedentes nacionais, ela entende a coisa pública como extensão do seu patrimônio pessoal. Colocados habilmente fora do controle geral da sociedade ou imune a ele, multiplicam sem cessar as benesses e os favores que acreditam ter direito.

Esta verdadeira máquina político-administrativa controlada pelo estamento burocrático (que tem a nação sob tutela) (...) Trata-se de um tubaronato que, imune ao controle popular ou democrático, “floresce e engorda” (...) “acumulando fortunas devidas ao favor”. Donde se deduz que o caminho do

rompimento final com o subdesenvolvimento se daria com a ruptura da tutela exercida pelo poder burocrático, no mais amplo sentido da palavra, sobre a totalidade da nação brasileira (Schilling 2004).

Se a sociedade brasileira foi formada nesta relação, as transformações administrativas não impediram as ações para fins privados dentro do setor público.

Contudo, as razões para o acontecido vão além das aplicações de modelos administrativos, pois a proposta de Estado mínimo também teve participação. Senão, vejamos, o Consenso de Washington resultou no chamado neoliberalismo que teve as suas propostas aplicadas no Brasil a partir da década passada. A visão, classificada entre os economistas como neoclássica, propõe, dentre outros ajustes, a redução dos orçamentos sociais e a retirada do Estado do setor produtivo através, muitas vezes, da privatização. Se entendermos privatização no sentido amplo podemos enxergá-la no domínio de área pública pela iniciativa privada para exploração comercial sob o manto de atividade esportiva.

A despeito do reconhecido fracasso do neoliberalismo no Brasil, Blaug já disse que uma teoria só pode ser derrubada por outra (Almeida Magalhães, 2008: 45) – fato que não aconteceu até o presente. Desta forma, as idéias recomendadas por essa teoria fortemente criticada ainda se apresentam nas ações governamentais em diversos espaços e contextos. Outra razão detectada para a insistência da aplicação dessas propostas está na permanência de atores políticos fiéis ao outrora pensamento dominante dentro da estrutura estatal, inclusive nos núcleos de poder.

Cada vez fica mais evidente o engodo do Estado mínimo, já que o poder público teve (tem) um papel central na execução das operações irregulares.

Portanto, para o fortalecimento do combate ao patrimonialismo e florescimento de um Estado democrático, comprometido com a transparência e com a prestação de contas, além da criação de canais institucionais de debate de políticas que sejam mais coerentes com

as necessidades da população, a participação da sociedade no processo decisório é uma necessidade imposta para o avanço da cidadania.

Referências

BLAUG, M. *Economic theory in retrospect*, Cambridge: Cambridge University Press, 1975. In: ALMEIDA MAGALHÃES, João Paulo de, *Novo Desenvolvimento – Um Enfoque Teórico*, Carta Mensal, revista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, junho de 2008, volume 54, nº 639 p. 45.

BRASIL. Presidência da República. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Novembro/1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. “Estado, Aparelho do Estado e Sociedade Civil”. *Textos para Discussão*. Brasília, ENAP/MARE, no. 4, 1995.

_____, Luiz Carlos. *Do Estado Patrimonial ao Gerencial*. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), *Brasil: Um Século de Transformações*. S.Paulo: Cia. Das Letras, 2001 p.222-259.

CALLAHAN, Kathe. *Elements of effective governance: measurement, accountability and participation*. Newark. Auerbach Publications, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. Cap. 5. In: DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, Vozes, Petrópolis, 1981, pg. 73 e nota 14.

COHEN, Ernesto. *Reforma del Estado, modernización administrativa y evaluación del desempeño de la gestión pública*. CEPAL, Naciones Unidas Dic, 1999.

MARTINS, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MASCARENHAS, Gilmar, *Remando contra a correnteza: o sentido da cidade na luta pela preservação do Estádio de Remo da Lagoa*, [2006]. Disponível em: <<http://br.geocities.com/comitesocialdopan/Remandocontraacorrenteza.htm> > Acessado em: abril de 2008.

MERTON, Robert King. *Estrutura burocrática e personalidade*. In.: CAMPOS, Edmundo. *Sociologia da burocracia*. ZAHAR. Rio de Janeiro, 1976.

OLIVEIRA, Francisco de. “*Dêem-me Ademir e eu darei o campeonato*”. In: *Brasil em Desenvolvimento*, 2003. Instituto de Economia – UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/desenvolvimento/pdfs/>> Acessado em julho de 2008.

SCHILLING, Voltaire. A burocracia e o patrimonialismo. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2004/04/14/000.htm>>. Acessado em julho de 2008.

SELZNICK, Philip. *Cooptação: um mecanismo para a estabilidade organizacional*. In.: CAMPOS, Edmundo. *Sociologia da burocracia*. ZAHAR. Rio de Janeiro, 1976.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: Uma construção do tipo ideal. In.: CAMPOS, Edmundo. *Sociologia da burocracia*. ZAHAR. Rio de Janeiro, 1976.

_____. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*, Vol 2. Brasília, Universidade de Brasília, 1999.

Reportagens

Pressão de empresários por obras na Marina da Glória, *O Globo*, Taís Mendes, 11 de outubro de 2005.

Em defesa das obras na Marina, *Jornal do Commercio*, Mariana Paiva, 11 de outubro de 2005.

Iphan condena obras de restaurantes e estacionamento no Aterro do Flamengo, *O Globo*, Ana Wambier, 17 de maio de 2006.

Nuzman quer 'bom senso' para assegurar vela no Pan, *Agência Estado*, 25 de janeiro de 2007, às 08h12.

Comitê do Pan desiste de obras na Marina da Glória, *O Dia online*, 29 de janeiro de 2007, às 19h19.

Comitê adota obras provisórias na Marina da Glória, *Agência Estado*, 29 de janeiro de 2007, às 20h44.

Prefeitura autoriza centro de lazer na Lagoa, *O Globo*, Luiz Ernesto Magalhães, 7 de abril de 2006.

Comitê do Pan e moradores protestarão contra o Lagoon, *O Dia*, Madalena Romeo, 6 de maio de 2006.

Esquenta briga por estádio Comitê Social do Pan quer impedir complexo de lazer no espaço destinado à prática de remo, *O Dia*, Madalena Romeo, 7 de maio de 2006.

Estádio de Remo ficará pronto um dia antes do início do Pan, *Lancenet!* Felipe Mendes, 23 de setembro de 2006.

Arquibancada do Estádio de Remo é implodida, apesar de o MP tentar impedir, *O Globo*, Luiz Ernesto Magalhães, 27 de dezembro de 2006.

Orçada em R\$ 30 milhões, obra na Lagoa será realizada por meio de acordo entre Estado e concessionária, *Jornal do Commercio*, Gisela Álvares, 6 de março de 2007.

Obra do Estádio de Remo para o Pan é embargada, *O Dia Online*, 12 de abril de 2007, às 15h58.

ANEXO 1

Pressão de empresários por obras na Marina da Glória *O Globo*, Taís Mendes, 11 de outubro de 2005.

Carta pede ao Iphan liberação de projeto de R\$ 41 milhões

Empresários do setor turístico do Rio assinaram ontem uma carta de apoio às obras de revitalização da Marina da Glória, suspensas pela Justiça desde o início de setembro. O documento, elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Eventos do Rio de Janeiro (ABEOC), será encaminhado hoje ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Durante o encontro, no restaurante Barracuda, na Marina da Glória, os representantes das entidades conheceram o projeto, que foi encaminhado quinta-feira passada ao Iphan. A adaptação da marina para o Pan exigirá investimentos de R\$ 41 milhões.

Obra só ficará pronta para o Pan se for liberada este mês

José Alfredo Corrêa, gerente de planejamento da EBTE, concessionária da Marina da Glória, alerta que a liberação das obras tem que acontecer até o final deste mês.

-Caso contrário, nem com três turnos de trabalho conseguiremos completar a obra antes do Pan. Para nós, o atraso representa um prejuízo pelo trabalho redobrado. Não temos nenhum recurso público. Toda a obra será custeada pela iniciativa privada - afirmou.

O projeto, segundo José Alfredo, apresenta mudanças em relação ao original, traçado há sete anos:

-Do ponto de vista da concepção, é o mesmo. Não há, por exemplo, nenhuma construção mais alta do que as árvores. O que muda é que procuramos integrar a obra à paisagem. Está mais leve e reduzimos a taxa de ocupação. A garagem náutica está um pouco mais baixa que a original e é totalmente vazada. Estamos dando um visual menos aglomerado ao projeto.

A versão original provocou polêmica entre especialistas em urbanismo, inclusive do Iphan. Um dos itens mais controvertidos é a construção de uma nova garagem de barcos flutuante que, de acordo com os críticos, vai interferir na vista dos morros Cara de Cão, Pão de Açúcar e da Urca.

-A garagem estará colada no prédio da Varig e terá 14 metros de altura, abaixo dos prédios vizinhos. Só será prejudicado quem estiver andando nos 30 metros entre a Varig e a garagem de barcos - garantiu o presidente da EBTE.

O superintendente regional do Iphan, Carlos Fernando de Andrade, disse que terá hoje uma reunião com o Departamento Nacional de Proteção do órgão para discutir o licenciamento. Ele já decidiu pedir esclarecimentos adicionais à EBTE sobre o projeto.

-Queremos esclarecer, por exemplo, como se chegou à demanda de vagas da nova garagem e aos modelos de barcos que atracarão no local - disse Carlos Fernando.

O superintendente também vai requerer cópia do Estudo do Impacto Ambiental (EIA/Rima) que a empresa elaborou para obter a licença da Feema. Um dos objetivos é estudar o impacto da obra sobre o entorno da Baía de Guanabara.

-Estamos perdendo eventos por falta de espaço no Rio de Janeiro. Esse projeto fará um bem para a cidade e para o turismo também - argumentou Constança Carvalho, da ABEOC, uma das representantes do setor que assinou a carta.

Marina da Glória será incluída no roteiro turístico

Roberto Dutra, presidente da Associação Brasileira de Turismo Receptivo Internacional, também assinou a carta e defende a revitalização como fundamental para que a Marina da Glória entre no roteiro turístico do Rio.

-O projeto é ótimo e trará grandes benefícios para a cidade. A Marina da Glória, que não está em nenhum roteiro turístico, será incluída graças às melhorias - disse

Em defesa das obras na Marina

Jornal do Commercio, Mariana Paiva, 11 de outubro de 2005.

Para agilizar a retomada das obras da Marina da Glória, embargadas no dia 6 de setembro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), representantes do setor de turismo do Rio de Janeiro se reuniram na última terça-feira para assinar uma carta de apoio à realização do projeto, no restaurante Barracuda, na própria Marina. Na ocasião, o gerente de planejamento da Empresa Brasileira de Terraplanagem e Engenharia (EBTE) - concessionária responsável pela gestão e revitalização do Complexo Turístico da Marina, José Alfredo Corrêa, apresentou o projeto que será dividido em duas etapas. O documento será enviado nesta quarta-feira para o Iphan de Brasília.

Orçada em R\$ 41 milhões, a primeira fase das obras, que já está 50% pronta, será voltada para atender a demanda dos Jogos Pan-Americanos de 2007. De acordo com Corrêa, se os trabalhos não forem retomados ainda este mês a concessionária enfrentará problemas para entregar as instalações prontas em tempo hábil para a realização das provas de vela do Pan. Segundo ele, neste primeiro momento serão construídos uma garagem náutica para mais 350 vagas secas, um posto de abastecimento náutico com lojas de conveniência e depósito de gelo, um quebra-mar, ampliação do cais e passagem de nível no acesso principal.

"Na última quinta-feira enviamos o projeto para o Iphan do Rio de Janeiro, que paralisou as obras baseando-se na avaliação de um projeto apresentado em 1998. Acreditamos que haverá uma compreensão por parte do Instituto para as obras serem retomadas. Precisamos que os trabalhos sejam aprovados ainda este mês. Caso contrário, teremos que fazer um esforço sobre-humano para entregarmos tudo a tempo. As obras precisam estar finalizadas até maio do ano que vem, mês que o Comitê Organizador começa a realizar os testes nas instalações. Todos os investimentos na Marina da Glória são da iniciativa privada", disse o gerente de planejamento da EBTE.

Corrêa apontou ainda que a concessionária teve a preocupação de enquadrar o projeto sem prejudicar o que existe no entorno da Marina. Segundo ele, a empresa já recebeu o aval para realizar as obras das secretarias municipais de Meio Ambiente, de Urbanismo, da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), além de ter feito Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) e participado de audiências públicas. "Todo o ritual foi feito. Tenho certeza que o Iphan vai mudar a posição. Se houver alguma necessidade de adaptação ou mudança que não altere a essência do projeto estamos dispostos a negociar".

A assessoria de imprensa do Iphan informou que o órgão se pronunciará apenas após a análise completa do projeto

ANEXO 2

Iphan condena obras de restaurantes e estacionamento no Aterro do Flamengo *O Globo*, Ana Wambier, 17 de maio de 2006.

As obras de revitalização da Marina da Glória, que tomarão do Parque do Flamengo uma área de 27 mil metros quadrados para a construção de um complexo turístico, estão sendo contestadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), pelo Escritório de Paisagismo Burle Marx e pela Associação de Moradores e Amigos da Glória.

Um parecer técnico do Iphan embargou a obra há oito anos por considerar que o projeto — que inclui a construção de restaurantes, centro de exposições e estacionamento com capacidade para mais de 1.500 carros — altera suas características originais. Parte dos antigos canteiros do parque já foram, inclusive, murados por tapumes.

Apesar do embargo tão antigo, o Iphan enfrenta ainda hoje na Justiça uma briga ferrenha contra os administradores da Marina para tentar frear o que está em ritmo acelerado: com a proximidade do Pan 2007, a obra tem saído do plano das idéias para o das execuções. O projeto de revitalização da Marina prevê alterações definitivas no Parque do Flamengo, cujo projeto modernista do arquiteto Affonso Reidy e do paisagista Burle Marx foi tombado em 1965.

O diretor do Escritório de Paisagismo Burle Marx, Haruyoshi Ono, que chegou a ser sócio de Burle Marx quando este ainda era vivo, disse que nunca foi consultado em referência ao novo projeto para a área.

— Até por uma questão ética, acho que eles deveriam ter pedido nosso parecer. Esse novo traçado eu desconheço totalmente — desabafou

Haruyoshi, que no fim da década de 80 chegou a planejar uma revitalização da Marina juntamente com Burle Marx. Este antigo projeto nunca foi levado adiante.

O atual projeto é assinado pelos escritórios dos arquitetos Paulo Casé, Roberto Garcia Rosa e Márcio Ribeiro, filho do arquiteto modernista Marcelo Ribeiro, responsável por obras como o Aeroporto Santos Dummont e o prédio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Além do Iphan, a Associação de Moradores e Amigos da Glória também fez a denúncia ao Ministério Público estadual, que já entrou com uma ação civil pública na Justiça do Rio.

A ampliação da Marina, no entanto, tem respaldo legal. Uma ação movida pela Empresa Brasileira de Terraplanagem e Engenharia (de quem a Marina da Cidade é subsidiária) contra o Iphan obteve na Justiça Federal uma tutela antecipada, um instrumento mais forte do que uma simples liminar, com efeito apenas cautelar. A tutela antecipada é quase uma antecipação do mérito.

Para que seja concedida, no entanto, é necessário que exista prova inequívoca, capaz de convencer o magistrado da coerência da alegação.

Essa ação foi movida em 1999 e ainda corre na 11ª Vara de Justiça Federal. Embora ainda não tenha tido o mérito julgado, o juiz José Antônio Lisbôa Neiva, em seu despacho, garantiu à Marina o direito de construção.

Além disso, um outro documento, datado de 1977, dá respaldo legal à Marina: um decreto assinado por Golbery do Couto e Silva concede a área de 106 mil metros quadrados ao município do Rio.

A cessão foi feita depois que o prefeito do Rio à época, Marcos Tamoyo, requisitou o terreno para a construção de uma Marina. A área contida no decreto é a mesma que contempla a atual obra de expansão.

Segundo o diretor da Marina da Glória, Flávio Crespo, o projeto que o Iphan quer embargar é ainda melhor do que um anteriormente apresentado:

— Nesse projeto, reduzimos a taxa de ocupação de 45% para 33%. Ainda ficamos obrigados a plantar 980 árvores — defende ele.

Além disso, a obra tem todas as licenças necessárias: da Secretaria municipal de Meio Ambiente, Feema e do Ibama.

Mas para o diretor da Associação de Moradores da Glória, Eduardo Paparguérius, a obra não é bem-vinda:

— Não concordamos com isso. Chamamos o que está acontecendo de grilagem de terra. Além de tudo, vão construir um muro logo.

Mesmo com tanta gente contra a obra, a expansão da Marina está a todo vapor. Na noite de 28 de abril, véspera de um fim de semana prolongado por um feriado, dezenas de árvores foram cortadas para a instalação dos tapumes. Na manhã do dia seguinte, máquinas retroescavadeiras já desmontavam a antiga área de piquenique do parque do Flamengo.

Apesar de as obras estarem sendo feitas pela Marina da Cidade S.A. (a administradora da Marina da Glória), os tapumes estampam placas com a logomarca da prefeitura e os dizeres: “Projeto de revitalização do complexo turístico Marina da Glória/sede das competições de iatismo”. Mas a requisição para a construção data de 1999, mesmo ano em que o Iphan embargou a obra.

— Se a intervenção da prefeitura e iniciativa privada não for barrada a tempo, o que iremos presenciar será a consolidação e ampliação do processo de privatização, ocupação e transformação indevida de paisagem pública tombada, iniciado em 1996 com a concessão da área da Marina — disse Ana Rosa de Oliveira pesquisadora do Laboratório da Paisagem /Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

ANEXO 3

Nuzman quer 'bom senso' para assegurar vela no Pan *Agência Estado*, 25 de janeiro de 2007, às 08h12.

A escassez de tempo e o impasse judicial sobre a realização das provas de vela na Marina da Glória forçaram o presidente dos comitês Olímpico Brasileiro (COB) e Organizador dos Jogos Pan-Americanos de 2007 (CO-RIO), Carlos Arthur Nuzman, a fazer um apelo ao "bom senso" na tentativa de encontrar uma solução para o caso. Sob o argumento de querer salvar a modalidade de exclusão do evento, o dirigente propôs, em entrevista à **Agência Estado**, capitanear um encontro entre todas as partes envolvidas.

"Proponho a todos nos sentarmos para encontrar uma solução de bom senso", destacou o presidente do CO-RIO. A intenção de Nuzman é conversar, principalmente, com a promotora do Ministério Público Federal (MPF), Gisele Porto, responsável pelo embargo às obras.

De acordo com Nuzman, o tempo para erguer o projeto sonhado pelos organizadores do pan-americano expirou. A única alternativa viável no momento é a construção de instalações provisórias na Marina da Glória.

O presidente do CO-RIO ainda explicou o motivo de ter refutado a possibilidade de as competições de vela ocorrerem no Iate Clube do Rio ou na Escola Naval, opções propostas pelos organizadores e, conseqüentemente, refutadas. A falta de espaço e a impossibilidade de os locais ficarem à disposição da entidade por quatro meses foram os principais empecilhos.

"Não tenho condições de colocar atletas circulando com sócios do Iate. E não sou eu que não quero. É a Odepa (Organização Desportiva Pan-Americana) que proíbe. A Escola Naval também não oferece espaço suficiente", analisou. "Não é possível um País litorâneo como o nosso, com três bicampeões olímpicos, não ter uma marina para receber grandes eventos."

A briga judicial começou porque os técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) não liberaram a autorização às construções, porque estariam em desacordo com as leis de tombamento. Mas, para o presidente do CO-RIO existe a necessidade de uma revisão no conceito de preservação.

"Os tombamentos são importantes e legítimos, mas tudo na vida tem que ser revisto. Não podemos estabelecer atitudes ou ações que sejam para o resto da vida", observou Nuzman. "Ninguém está querendo ferir alguma questão ambiental. O que se quis fazer foi dar ao Brasil um presente, com a construção de uma marina em nível olímpico. Mas agora é impossível."

ANEXO 4

Comitê do Pan desiste de obras na Marina da Glória *O Dia* online, 29 de janeiro de 2007, às 19h19.

Rio - O Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos 2007 informou ao Ministério Público Federal que desistiu de realizar obras de expansão na Marina da Glória, local onde serão realizadas as competições de vela da competição. Segundo a procuradora da República Gisele Porto, os organizadores dos jogos reconheceram nesta segunda-feira que a ampliação da marina, com a construção de uma nova garagem para barcos, não é essencial para a disputa das provas.

Na reunião realizada hoje entre representantes do Ministério Público e do Comitê do Pan, os organizadores teriam decidido usar as instalações já existentes para a competição, uma vez que a estrutura atual é aceitável para Jogos Pan-Americanos.

"Eles disseram que a garagem nunca foi necessária para realizar a competição de vela. Eles advogaram em favor da garagem, porque queriam um padrão de olimpíada. Mas, na verdade, a prova é de um pan-americano. Então, para um pan-americano está bom", afirmou a procuradora.

De acordo com a procuradora, apesar da desistência do Comitê Organizador, o inquérito do Ministério Público não será encerrado, uma vez que as obras já se iniciaram sem autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

A obra atualmente está embargada pela Justiça. As investigações do Ministério Público apuram a responsabilidade pela realização das obras não autorizadas e possíveis ocorrências de improbidade administrativa por parte de órgãos públicos.

Comitê adota obras provisórias na Marina da Glória *Agência Estado*, 29 de janeiro de 2007, às 20h44.

Depois de brigar meses na Justiça para viabilizar a construção de uma garagem na Marina da Glória, local das provas de vela dos Jogos Pan-Americanos, o Comitê Organizador da competição (CO-RIO), além de recuar e aceitar erguer instalações provisórias, admitiu que o lugar não seria usado para guardar as embarcações. Hoje, após encontro com a procuradora do Ministério Público Federal (MPF) Gisele Porto, o presidente da entidade e do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, informou que o modelo a ser adotado será semelhante ao utilizado durante a realização regata de volta ao mundo, a Volvo Ocean Race, em março de 2006.

"Disseram que a garagem era imprescindível e confundiram o judiciário. O Pan foi uma desculpa para aprovar uma obra que não poderia ser aprovada", frisou a procuradora do MPF. De acordo com Gisele, o primeiro projeto defendido pelo CO-RIO, que previa a construção de uma garagem de 19 mil metros quadrados sobre a Baía de Guanabara, era considerado "imprescindível" pelos organizadores. Mas ela confessou ter sido surpreendida ao ser informada por Nuzman de que as provas de vela podem ser realizadas sem a garagem.

Ao assumir essa postura, o presidente do CO-RIO se livrou de um processo, porque a procuradora do MPF explicou que vai prosseguir com as investigações e os responsáveis pela construção da garagem serão responsabilizados cível e criminalmente. "As estacas estão lá. Temos que tirá-las. E eles sabiam que não podiam. Se o CO-RIO não apoiou isso, como admitiu aqui, alguém terá que assumir", destacou Gisele.

A procuradora do MPF ainda mostrou um depoimento prestado pelo vice-presidente do CO-RIO, André Richer, em 11 de dezembro de 2006, onde ele revelou a utilização da garagem para outros serviços durante o Pan. "Que as dimensões da garagem aprovada para a realização

da prova não se referem ao abrigo dos barcos durante a competição; que o espaço da garagem que se pretende construir será utilizado para serviços de apoio à competição", está escrito em trecho do depoimento.

Nuzman explicou que a nova postura foi assumida para não haver prejuízo aos Jogos. De acordo com o dirigente, a defesa pela viabilização do projeto inicial foi feita porque a intenção era a de deixar para a cidade, como um legado, uma marina de nível olímpico. "Agora faremos uma disputa em nível de Pan-Americano. O local das competições não vai mudar, vai ser na Baía de Guanabara, só que em um ponto diferente."

Amanhã, Nuzman tentará acabar com os problemas judiciais e conseguir a licença para erguer as instalações provisórias no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) - responsável pelo tombamento do Parque do Flamengo, onde fica a Marina da Glória. O dirigente vai se encontrar com o superintendente regional do órgão, Carlos Fernando de Andrade, e apresentar o novo projeto.

ANEXO 5

Prefeitura autoriza centro de lazer na Lagoa ***O Globo*, Luiz Ernesto Magalhães, 7 de abril de 2006.**

A Secretaria municipal de Urbanismo concedeu ontem a licença para a construção do Lagoon, um multiplex com seis salas de cinema e 16 quiosques de alimentação no Estádio de Remo da Lagoa. As obras devem começar em dez dias e incluem a reforma das arquibancadas e dos abrigos de barcos, já que o local será base para as provas de remo a serem disputadas na Lagoa Rodrigo de Freitas, durante os Jogos Pan-americanos de 2007. As obras devem ser feitas a toque de caixa: a previsão da Glen Entertainment, que detém a concessão da área e há 11 anos tenta licenciar um empreendimento de lazer no local, é inaugurar o complexo até outubro.

O multiplex terá capacidade para 960 espectadores e 350 vagas internas de estacionamento. A diretora de Comunicação da Glen, Ester Lima, diz que o número de vagas aprovados pela prefeitura é suficiente, já que é esperada uma grande rotatividade de público. Mas o presidente da Associação de Moradores do Leblon, João Fontes, diz que está preocupado com a possibilidade de o Lagoon gerar mais tráfego para a Lagoa, provocando reflexos em outros bairros da Zona Sul.

— Sem o Lagoon, a oferta de vagas na Lagoa já é escassa. Imagine com seis cinemas.

Moradores temem problemas no trânsito

João Fontes ressalta que o Lagoon não será um empreendimento isolado na área. Ele diz que é preciso levar em consideração o impacto que trará a construção da Arena da Gávea, um estádio com centro de lazer e lojas, restaurantes e cinemas na sede do Flamengo, ainda em fase de licenciamento.

O presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio), coronel Marcos Paes, explicou que a concessão da licença levou em conta não apenas a área interna de estacionamento do Lagoon, como a oferta de vagas rotativas no Parque dos Patins e em outros bolsões existentes na Lagoa.

— Ao todo, são aproximadamente 600 vagas extras a cerca de cem metros do estádio de Remo — disse Marcos Paes.

O Estádio de Remo e o Flamengo estão localizados em terrenos cedidos pelo governo do estado. O procurador-geral do Estado, Francesco Conte, disse ontem que as obras no Estádio de Remo já foram liberadas.

O mesmo, porém, não ocorre com a Arena da Gávea, cujo projeto arquitetônico já foi aprovado há dois meses pela prefeitura. Em 2000, um parecer contrário do governo do estado enterrou outro projeto do clube, de construir um shopping center no local.

— Nada temos a opor em relação ao projeto do Estádio de Remo. A obra precisa ser acelerada por conta do Pan. Já em relação ao Flamengo ainda não temos uma decisão tomada — disse Francesco Conte.

Esther Lima explica que a pressa para concluir a obra ocorre devido à previsão da realização, em 8 de outubro, do Campeonato Sul-Americano de Remo, um evento preparatório para o Pan. Na parte das instalações esportivas, uma das arquibancadas, com capacidade para três mil espectadores, será reformada.

ANEXO 6

Comitê do Pan e moradores protestarão contra o Lagoon *O Dia, Madalena Romeo, 6 de maio de 2006.*

O Comitê Social do Pan — organização da sociedade civil de fiscalização do orçamento e das intervenções urbanísticas para os Jogos Pan-Americanos de 2007 — e as associações de moradores da Zona Sul vão protestar contra as obras no Estádio de Remo da Lagoa. A manifestação está marcada para o próximo dia 4, durante a 3ª etapa do Campeonato Estadual de Remo.

“O objetivo é sensibilizar o poder público e a população sobre a utilização de um bem público para interesses particulares”, explica Bruno Lopes, coordenador do comitê, criado pelo Fórum Popular do Orçamento do Rio. As obras de construção do Lagoon — complexo de lazer com seis cinemas e praça de alimentação — foram retomadas mês passado.

As associações temem o impacto no trânsito e o desvio de finalidade do estádio. “Além disso, o projeto não passou por licitação. Ele beneficia alguns empresários em detrimento dos moradores”, reclama René Hasenclever, presidente da Associação dos Moradores da Gávea (AMA-Gávea).

A Glen Entertainment, responsável pelo Lagoon, garante que possui todas as licenças para a obra e que o remo não será prejudicado, pois o projeto respeita o espaço para o esporte.

Esquenta briga por estádio Comitê Social do Pan quer impedir complexo de lazer no espaço destinado à prática de remo *O Dia, Madalena Romeo, 7 de maio de 2006.*

Rio - O Comitê Social do Pan — organização da sociedade civil de fiscalização do orçamento e das intervenções urbanísticas para os Jogos Pan-Americanos de 2007 — fará reunião nesta quinta para traçar estratégia de atuação contra a construção do Lagoon, complexo de lazer com seis salas de cinema e praça de alimentação no Estádio de Remo da Lagoa. “Em nome dos Jogos de 2007, o governo está privatizando os espaços públicos, em detrimento do desenvolvimento do esporte”, afirma Luiz Mário Behnken, membro do comitê, criado pelo Fórum Popular do Orçamento do Rio.

Luiz Mário lembra que o espaço já foi usado por alunos da rede pública para aulas de Educação Física. “Para realizar os Jogos, infelizmente não se incentiva o esporte, mas se atende a interesses privados”, acrescenta.

Domingo, O DIA mostrou que as obras no Estádio de Remo já começaram e há 11 anos causam polêmica. Devido à falta de licitação, a Justiça do Rio já condenou a Glen Entertainment, responsável pelo projeto, a devolver o estádio ao governo estadual e a pagar R\$ 25 mil por mês de aluguel pelo tempo de uso do imóvel.

A sentença, porém, está suspensa até o julgamento de recurso em segunda instância. Apesar de não ter sido escolhida em concorrência pública, a Glen conta também com liminar no Superior Tribunal de Justiça que garante o uso do local.

Além da polêmica no processo de concessão de uso do imóvel para a Glen, a Associação de Moradores do Jardim Botânico acredita que o empreendimento vá contribuir para piorar ainda mais o nó do trânsito na região. Para o presidente da Associação, Cláudio José Taulois, o Lagoon vai prolongar o engarrafamento na Avenida Borges de Medeiros até mais tarde. “O horário do rush vai se estender com o aumento do fluxo à noite por causa dos cinemas”, diz.

ANEXO 7

Estádio de Remo ficará pronto um dia antes do início do Pan Lancenet! Felipe Mendes, 23 de setembro de 2006.

A organização do Pan de 2007 está cada vez mais similar a dos Jogos de Santo Domingo, em 2003, quando diversas obras ficaram prontas com o evento já em andamento.

Nesta sexta-feira, Ester Lima, gerente de comunicação da Glen Entertainment, empresa responsável pela reforma do Estádio de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas, revelou ao LANCE! que a obra ficará pronta apenas um dia antes do início do evento, ou seja, em 12 de julho do ano que vem.— As brigas na Justiça e a demora do Estado em liberar o dinheiro para a obra atrasaram o cronograma. Estamos em cima do laço e vamos fazer de tudo para deixar a obra pronta para o Pan - disse.

E novos problemas se avizinham. O juiz da 8ª Vara de Fazenda Pública do Rio, Eduardo Gusmão de Brito Neto, determinou a imediata reintegração de posse do estádio para o governo do estado. Segundo ele, a decisão aconteceu porque a Glen ganhou a concessão de uso do estádio sem um processo licitatório. Para Eduardo, a empresa terá que sair do estádio nos próximos dias. No local, além de deixar tudo pronto para o Pan, a Glen pretende construir um complexo de lazer com salas de cinema e uma praça de alimentação.

De acordo com Ester, a decisão do juiz não significa nada.— Essa foi uma decisão em primeira instância. A Glen já tem uma mais acima. Esse juiz só quer aparecer. Ele deu a sentença sem ver que tem uma outra acima dele. O que vale é o processo que está na segunda instância e ainda não teve o mérito julgado.

Arquibancada do Estádio de Remo é implodida, apesar de o MP tentar impedir O Globo, Luiz Ernesto Magalhães, 27 de dezembro de 2006.

Depois do impasse com a paralisação das obras da Marina da Glória, um novo obstáculo surge nos preparativos para os Jogos Pan-Americanos de 2007. A nova disputa judicial envolve o Estádio de Remo da Lagoa, cuja reforma já deveria ter sido concluída há dois meses e agora só deve terminar a menos de um mês do Pan (19 a 29 de julho). O Ministério Público move várias ações na Justiça para tentar impedir a reforma, alegando que ela levará à descaracterização do complexo, que é tombado em parte pela prefeitura. O órgão conseguiu na madrugada de ontem uma liminar determinando a suspensão da implosão da arquibancada menor, sob alegação de que a estrutura também estaria protegida pela legislação, o que o município nega. Mas mesmo na presença de um oficial de Justiça, que chegou ao Estádio de Remo faltando poucos minutos para a implosão, a estrutura foi derrubada.

Projeto prevê complexo de lazer A promotora Denise Tarin, da equipe de Meio Ambiente do MP, anunciou que irá instaurar um inquérito para investigar o caso e quem foi o responsável por não cumprir a liminar.

— A desobediência a ordem judicial é crime. E quem autoriza a demolição de um bem protegido comete um ato de improbidade administrativa — disse a promotora.

As obras de adaptação do Estádio de Remo da Lagoa são de responsabilidade da Glen Entertainment, empresa que tem a concessão da área, e da Secretaria estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, responsável pela implosão.

A assessora de Comunicação da Glen, Ester Lima, disse que a decisão de prosseguir com a demolição ocorreu após uma consulta à Procuradoria Geral do Estado. Segundo a assessora, já não havia mais tempo para suspender os trabalhos.

— O oficial de Justiça entregou a notificação quando faltavam 2 minutos para a implosão da arquibancada (6h30m). As dinamites foram colocadas durante a madrugada e, se não fossem detonadas, haveria risco de explosões durante o dia.

Por essa razão, também seria arriscado deslocar um funcionário para retirar os explosivos.

A Secretaria municipal de Proteção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória-HistóricoCultural do Rio contesta a promotora.

Para o órgão, a proteção ao Estádio de Remo da Lagoa, prevista no decreto municipal 25.237/05, se restringe ao prédio principal (bem como sua arquibancada, que será preservada), considerado pela prefeitura um marco na paisagem. Além disso, a secretaria destacou que a licença da prefeitura para as obras foi liberada antes da publicação do decreto do prefeito Cesar Maia, que tombou parte do complexo esportivo.

No pedido de liminar, porém, o MP lembra que a Lei Municipal 4.149/05, aprovada pela Câmara de Vereadores, preserva as características originais dos três blocos edificadas do Estádio de Remo, o que incluiria a arquibancada que foi demolida. Para a prefeitura, porém, os efeitos da lei estariam suspensos porque o município está questionando na Justiça sua constitucionalidade. A ação ainda não foi julgada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

A remoção da arquibancada era necessária para a construção de uma nova estrutura com cerca de 1,5 metro de altura a mais que a antiga.

A construção da nova estrutura — que terá ainda assentos provisórios para o Pan a fim de permitir que o público possa observar as regatas o mais próximo possível do espelho d'água — é uma exigência da Organização Desportiva Pan-Americana (Odepa) para liberar a Lagoa para as provas de remo do Pan 2007. O projeto prevê que a nova arquibancada tenha capacidade para 7 mil espectadores.

Procurador: decisão foi correta O procurador-geral do Estado, Francesco Conte, disse que a decisão de prosseguir com a demolição foi correta. Segundo ele, a obra é fundamental para o sucesso dos Jogos Pan-Americanos de 2007: — A imagem do estado está em jogo, porque foi assumido um compromisso com uma entidade internacional (Odepa) para realizar a obra. Para efeitos legais, o governo do estado desconhecia naquele momento qualquer decisão que impedisse a demolição. A forma correta de notificar o estado não era aquela.

Qualquer notificação deve ser encaminhada à Procuradoria Geral do Estado. Além disso, a demolição já estava prevista há semanas. Por que tentar paralisar um projeto entrando com uma liminar durante a madrugada? — indagou Conte.

Já o MP sustenta que o promotor de plantão só tomou conhecimento da demolição ao ler a edição eletrônica do GLOBO, que entrou no site durante a madrugada de ontem, e por esta razão não entrou antes com a ação na Justiça.

Orçada em R\$ 30 milhões, obra na Lagoa será realizada por meio de acordo entre Estado e concessionária

Jornal do Commercio, Gisela Álvares, 6 de março de 2007.

A reforma do Estádio de Remo da Lagoa será concluída até o fim de maio, para a realização dos Jogos Pan-americanos. O projeto de reforma do local foi divulgado ontem, no Palácio Guanabara, pelo governador Sérgio Cabral e pelo presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e do Comitê Organizador do Pan-Americano (CO-Rio), Carlos Arthur Nuzman. Todas as instalações estão sendo reformadas - arquibancadas, garagens de barcos, tanques de treinamento, cabine de juizes, banheiros para o público, que poderá assistir as provas de remo e canoagem de diversos pontos da Lagoa Rodrigo de Freitas, que abrigará as provas de remo, canoagem de velocidade e esqui aquático do Pan-americano.

"O Pan-Americano deixará para o Rio mais um grande legado que se tornará ponto de encontro cultural e de lazer para cariocas e turistas: o novo Estádio de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas. Só lamento o imbróglio da Marina da Glória. Acho que o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) está exagerando nesta questão. É uma área que pode abrigar o projeto porque não prejudica a visão do parque. As novas garagens teriam altura menor que o prédio do Aeroporto Santos Dumont", destacou Cabral, informando que irá se unir à Prefeitura na batalha judicial para viabilizar a construção da nova marina a tempo de servir ao Pan.

Orçada em R\$ 30 milhões, a obra do Estádio de Remo da Lagoa será realizada por meio de um acordo entre o Estado e a concessionária que administra o estádio. As obras, incluindo a dragagem

da raia, que terá 3,5 metros de profundidade, a reforma do píer flutuante, e a importação dos equipamentos eletrônicos, como placares, cronômetros e raias de remo, custarão cerca de R\$ 11 milhões aos cofres do Estado, segundo a Empresa de Obras Públicas (Emop). A dragagem da raia e a reforma do píer ficarão prontas no final deste mês e o teste será feito no início de abril com a realização de uma prova de remo.

Já a concessionária Glen Entertainment construirá a garagem dos barcos, o estacionamento e fará a urbanização e a modernização do local. No lugar da antiga arquibancada, será erguida uma nova estrutura, com capacidade para 3 mil pessoas, e mais alta que a original, que dará uma melhor visibilidade das competições. "Aumentou o número de pessoas trabalhando e, com isso, a agilização técnica, que permitirá entregar a obra dentro do prazo. Enquanto isso, os atletas vão continuar treinando, sem problema", observou Nuzman.

Evento preparatório. Enquanto estiver em obras, ainda em abril, o Estádio de Remo vai sediar um evento preparatório para o Pan. Secretário-executivo do Comitê Organizador (CO-Rio), Carlos Roberto Osório explicou que o uso antecipado servirá para testar as novas raias que foram compradas para o Pan. Depois que o evento acabar, o estádio voltará a entrar em obras para concluir as adaptações que transformarão o local em um centro de entretenimento e lazer.

Obra do Estádio de Remo para o Pan é embargada
***O Dia Online*, 12 de abril de 2007, às 15h58.**

Rio - O Ministério Público Federal recomendou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que interdite as obras do Estádio de Remo da Lagoa que estão sem autorização. De acordo com documentos enviados ao procurador da República Maurício Manso, a empresa responsável pelas obras no estádio onde serão realizadas as competições de remo dos jogos pan-americanos, Glen Entertainment, não apresentou planta para aprovação e autorização das modificações. A autorização dada anteriormente pelo IPHAN referia-se a outras plantas e cortes e já está fora do prazo.

O Estádio de Remo faz parte do conjunto paisagístico da lagoa Rodrigo de Freitas e é um bem tombado. O objetivo da recomendação é evitar transformações que alterem as características históricas, paisagísticas e arquitetônicas do estádio. A recomendação, um instrumento que o MPF utiliza para ver atendidas as demandas da população sem a necessidade de entrar na Justiça, foi encaminhada hoje ao Superintendente Regional, Carlos Fernando de Souza Leão Andrade. A representação feita ao MPF, que deu origem a esta recomendação, foi do Comitê Social do Pan, formado por várias associações de moradores e ongs.

"O MPF entendeu que as modificações, como estão sendo realizadas, afetariam a paisagem da Lagoa Rodrigues de Freitas, e que as obras ditas do Pan não se destinam a esta finalidade"- esclarece o procurador da República Maurício Manso.

Luiz Mario Behnken: Mestrando em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas

André Godoy: Mestrando em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas